



Laplace em Revista

ISSN: 2446-6220

geplageufscar@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos
Brasil

Antunes, Fátima

Europeanisation and adult education: brief notes

Laplace em Revista, vol. 2, no. 1, 2016, January-April, pp. 22-35

Universidade Federal de São Carlos
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201621117p.22-35>

Available in: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756514004>

- How to cite
- Complete issue
- More information about this article
- Journal's webpage in redalyc.org

UABM [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Scientific Information System Redalyc

Network of Scientific Journals from Latin America and the Caribbean, Spain and Portugal

Project academic non-profit, developed under the open access initiative

Europeização e educação de adultos: apontamentos

Europeanisation and adult education: brief notes

Europeización y educación de adultos: apuntamientos

Fátima Antunes*

Universidade do Minho, Pt.

RESUMO

Neste texto mobilizamos a problemática da *europeização* das políticas públicas na União Europeia para sinalizar percursos e processos de constituição da educação de adultos como área de intervenção e como componente do setor e da política europeia de educação. Desde há cerca de vinte anos, identificamos quatro momentos-chave na constituição de uma Agenda Europeia para a Educação de Adultos que integra um conjunto de prioridades e propostas em torno da *qualidade* e *participação* . Procuramos documentar a progressiva visibilidade da educação de adultos, a par da centralidade acrescida da *educação ao longo da vida* nas políticas europeias e em paralelo com um mandato e alcance associados à sua referenciação predominante à esfera económica. O balanço intercalar, em 2015, do Programa Educação & Formação 2020 sugere que, a manter-se o rumo seguido, é pouco provável a ampliação significativa da participação da população adulta em educação e parece mais plausível que ocorram avanços na regulação da educação de adultos nos termos de um mercado.

Palavras-chave: Europeização. Educação de adultos. Educação ao longo da vida. Agenda Europeia para a Educação de Adultos. Educação & formação 2020.

ABSTRACT

In this text, we work with the issue of *Europeanisation* of public policies in the European Union (EU) to signal pathways and processes by which adult education has been constituted as an area of intervention and as a component of the European education policy. For almost twenty years, we have identified four key moments in the constitution of a European Agenda for Adult Learning, which integrates a set of priorities and proposals around *quality* and *participation* . We try to document the gradual visibility of adult education, together with the increased centrality of lifelong learning in European policies and in parallel with a mandate and a scope associated with their predominant referral to the economic sphere. The mid-term review, in 2015, of the *Education & Training 2020 Programme* suggests that, if the same action course is followed, it is unlikely to achieve a significant increase in the participation of the adult population in education and it seems more plausible that take place some advances on the regulation of adult education in terms of a market.

Keywords: Europeanization. Adult education. Lifelong learning. European Agenda for Adult Learning. Education & Training 2020.

RESUMEN

En este texto movilizamos la problemática de la *europeización* de las políticas públicas en la Unión Europea para señalar recorridos y procesos de constitución de la educación de adultos como área de intervención y como componente del sector y de la política europea de educación. Desde hace casi veinte años, identificamos cuatro momentos clave en la constitución de una Agenda Europea para la Educación de Adultos que integra un conjunto de prioridades y propuestas en torno de la *calidad* y *participación* . Intentamos documentar la progresiva visibilidad de la educación de adultos, conjuntamente con la centralidad añadida de la *educación a lo largo de la vida* en las políticas europeas y en paralelo con un mandato y alcance asociados a su referenciación predominante en la esfera económica. El balance intercalar, en 2015, del Programa Educación & Formación 2020 sugiere que, al mantenerse el rumbo seguido, la ampliación significativa de la participación de la población adulta en educación es poco probable y parece más plausible que ocurran avances en la regulación de la educación de adultos en los términos de un mercado.

Palabras-clave: Europeización. Educación de adultos. Educación a lo largo de la vida. Agenda Europea para la Educación de Adultos. Educación & Formación 2020.

Prólogo

Em 2016 evocamos efemérides que relevam mudanças sociais e educacionais e são convites à reflexão e ao debate em educação. Em 1976, a Constituição da República Portuguesa consagrou o direito à educação da população portuguesa (artigo 73) e a *Recomendação da UNESCO sobre o desenvolvimento da Educação de Adultos* testemunha o compromisso dos Estados-membros de todo o mundo com o direito humano fundamental da população adulta à educação. Em 1 de Janeiro completaram-se 30 anos da adesão à então CEE, facto estruturante da nossa vida individual e coletiva, enquanto sujeitos e enquanto comunidade de destino; e em outubro completam-se também 30 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo. Para lá destes marcos maiores dos caminhos que abrimos, outros desde há 10 ou 20 anos vêm também construindo o nosso presente, alimentando debates, controvérsias e análises em educação: em 1996, o Ano Europeu de Educação e Formação ao Longo da Vida, evocando o novo protagonismo da União Europeia no quadro do ‘regresso’ da *educação/aprendizagem ao longo da vida*; em 2006, a proposta da Comissão Europeia de um Plano de Ação para a Educação/Aprendizagem de Adultos, que formula uma Agenda Europeia para a Educação de Adultos. Fica nítido como o nosso viver comum é tecido nos espaços nacional, europeu e global, pelos seus entrelaçamentos, desequilíbrios, ausências e metamorfoses.

No texto que se segue, alinhamos algumas notas sobre um processo em curso desde há cerca de vinte anos: a *europaização* da educação de adultos (numa das aceções que tomamos por referência). Fazemo-lo por entender ser este um quadro incontornável¹ para o que vemos como a primeira prioridade em educação no nosso país: a construção de um sistema (uma estrutura) e de uma política pública, global e integrada (Melo *et al*, 1998), votados a cumprir, com caráter permanente, o direito constitucional à educação da população adulta portuguesa. Por razões de cidadania e democracia, de desenvolvimento e coesão social, a perniciosa fratura geracional é desde há muito intolerável e determinante no nosso país²:

Em 2011 a população residente com 15 e mais anos de idade apresenta situações de grande contraste, registando-se 3 378 335 indivíduos sem nenhum nível de qualificação ou com apenas o 1.º CEB e, simultaneamente, 2 744 566 indivíduos detentores de Ensino Secundário, Pós-Secundário e Ensino Superior (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2013, p.28).

Introdução

Os debates em torno da *europaização* das políticas públicas colocam as questões mais acutilantes sobre os contornos do próprio campo de estudos, bem como do rigor analítico, da pertinência e relevância do conceito para delimitar fenómenos, elucidar processos e apreender relações sociopolíticas (cf. RADAELLI, 2000; LAWN, LINGARD, 2002; DALE, ROBERTSON, 2009). Entendemos que, em educação, como em outras esferas, é importante analisar as implicações quer da imbricação entre prioridades, opções, orientações e instituições políticas

¹ *Um quadro incontornável* não é equivalente a qualquer cenário inevitável; significa antes que os contornos e as propriedades da educação/aprendizagem de adultos integrada no setor e na política europeia de educação são um contributo efetivamente presente na construção da educação de adultos em Portugal. Em que sentidos, de que modos, com que conteúdos e que resultados tem lugar essa contribuição é uma questão em aberto e com respostas múltiplas.

² Ver, por exemplo, Carmo (2015). Disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.com/2015/12/30/a-politica-de-igualdade-como-reforma-estrutural-por-renato-miguel-do-carmo/>. Acesso em 30 de dezembro de 2015.

europeias e nacionais (ANDERSEN; ELIASSEN, 1993), quer da constituição de um setor e de uma política europeia de educação (DALE, 2009).

O conceito de *europeização* tem sido convocado na literatura para dar conta de um e outro conjunto de processos. No entanto, quer do ponto de vista analítico, quer do ponto de vista empírico, estamos perante fenómenos e relações sociopolíticas distintas, mas relacionadas. Hoje, estes dois conjuntos de processos são inseparáveis, sugerindo uma abordagem relacional e multidimensional, que permita compreender as políticas de educação como realidades dinâmicas que articulam múltiplas escalas e dimensões, considerando os espaços europeu e nacional como processos, relações e dimensões interdependentes que se constituem mutuamente. No entanto, do ponto de vista cronológico, é possível apreender percursos e metamorfoses de relações sociopolíticas de *europeização* da educação; é possível, ainda, mobilizando um olhar bi-direcional, compreender os contornos e as dinâmicas de construção de um setor e de uma política europeia de educação, bem como analisar as opções e prioridades das políticas educativas nacionais nesse quadro (ANTUNES, 2005).

No campo da educação é consensual entre os estudiosos que: (i) os anos 70 do século passado testemunharam os primeiros afloramentos da intervenção da então CEE; (ii) desde meados dos anos 80, o Ato Único Europeu e o processo de preparação do Mercado Único Europeu fomentaram a intensificação desta intervenção, designadamente através dos Programas de Ação Comunitários; (iii) em 1992, o Tratado de Maastricht/da União Europeia, com a integração do artigo 126, constitui o marco da formalização de uma competência própria da UE na educação, que não tem cessado de se alargar e aprofundar. Em trabalhos anteriores defendemos que, nesta segunda etapa do processo de *europeização* da educação (desde 1992), teve lugar “o desenvolvimento de uma agenda e uma política comunitárias (isto é, definida e desenvolvida sob a égide de instituições comunitárias) para a educação e a formação”, assente desde 1999/2000 nos Processos de Bolonha e de Copenhaga e no Programa Educação & Formação 2010, com o método aberto de coordenação (MAC) (ANTUNES, 2005, p.138).

Neste texto mobilizamos a problemática da *europeização* das políticas públicas na UE para, em continuidade com estudos anteriores e em algumas notas ainda soltas, sinalizar percursos e processos de constituição da educação de adultos como área de intervenção e como componente do setor e da política europeia de educação.

A UE e a educação de adultos: um roteiro

1996-2000: A ação Grundvig e a tematização da educação de adultos como área de intervenção comunitária

Segundo alguns estudiosos, em meados dos anos noventa, a UE torna-se um dos principais atores do chamado ‘regresso’ da *educação ao longo da vida* num novo contexto económico, político e cultural (de reforma do Estado *gerencial* e globalização), com outros protagonistas (como a UE) e num novo registo (através de políticas públicas e práticas profissionais) (CLARK, NEWMAN, 1997; FIELD, 2001; GEWIRTZ, 2008). Canário (2013, p.562), por seu turno, argumenta que se

[...] passa de um conceito de “Educação Permanente” para um conceito de “Aprendizagem ao Longo da Vida”. Essa transição, feita à custa da erosão dos ideais da Educação Permanente, representa uma ruptura e não uma continuidade. Inscreve-se, e só é compreensível, no quadro de um conjunto mais vasto de transformações de natureza social que afetaram a *economia* , o *trabalho* e a *formação* , no último quartel do século XX.

A também designada ‘viragem discursiva’ de ‘educação’ para ‘aprendizagem’ ao longo da vida terá traduzido mudanças nos projetos sociais e nos conceitos educacionais que ainda hoje, cerca de duas décadas passadas, são matéria de controvérsia e disputa de significados (cf. BARROS, 2011; LIMA, 2014). A proclamação de 1996 como o Ano Europeu da Educação e da Formação ao Longo da Vida³ é contemporânea da tematização da educação de adultos como área de intervenção ao nível da UE, através da primeira edição da linha de ação Grundtvig (inserida no Programa de Ação Comunitário Sócrates⁴), que vigorou entre 1995-1999 e inaugurou as incursões nesse domínio. Sendo um programa de muito pequena dimensão, voltado, sobretudo, para a mobilidade de profissionais e a realização de estudos e ações conjuntos, o balanço das suas realizações foi modesto, mesmo se alguns passos foram iniciados na visibilização deste campo de intervenção e algumas redes e interações entre instituições, profissionais e académicos foram lançadas (cf. COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2001, p.13).

2000-2006: A educação de adultos como dimensão da aprendizagem ao longo da vida: o Programa Educação & Formação 2010

Na primeira década do século XXI, sempre mobilizando recursos modestos, a mesma Ação Grundtvig conheceu mais uma edição no âmbito do Programa Sócrates II (2000-2006); mais tarde, um sub-programa Grundtvig integrou o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (2007-2013), coexistindo, como veremos adiante, com um outro instrumento de intervenção da UE no domínio da Educação de Adultos: O Plano de Ação para a Educação/aprendizagem de Adultos *Nunca é Tarde para Aprender*⁵.

Desde 2000, estava em curso na UE a construção de uma política europeia de educação (e formação), no quadro da Estratégia de Lisboa (2000-2010) (e da Estratégia Europeia de Emprego, 1997), que colocaram a educação e a formação no topo das prioridades políticas e no centro da economia. O texto das Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa, em 2000, revela a orientação programática para a década seguinte inúmeras vezes reiterada: “A União atribuiu-se hoje um novo objectivo estratégico para a próxima década: tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (EUROPEAN COUNCIL, 2000, p.2). Neste contexto, a adoção da estratégia de *aprendizagem ao longo da vida*, por parte dos decisores europeus, numa lógica de valorização do *capital humano*, como ‘vantagem competitiva’ da UE na concorrência por mercados mundiais (HOZIAN, 2009) aparece em diversos documentos. Que educação e formação obtêm tal centralidade política? É dominante entre os decisores, nos documentos e nas opções políticas europeias, uma conceção de educação e formação tendencialmente desequilibrada, no sentido de que são privilegiadas as vertentes consideradas economicamente rentáveis ou de pendor substitutivo-paliativo (por exemplo, face ao desemprego ou à pobreza), enquanto as dimensões culturais ou cívicas (ou mesmo de promoção social) tendem a ser minimizadas ou secundarizadas. Como sublinham Lima e Guimarães (2015, p.250), “Basicamente, a educação em todas as suas formas (formal,

³ Decisão nº 2493/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro de 1995 que proclama 1996 Ano Europeu da Educação e da Formação ao Longo da Vida ('European year of lifelong learning'). In <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:31995D2493>, consultado em 23 de dezembro de 2015.

⁴ Cf. Decisão 819/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, nº 87 de 20.4.95, p.10-24.

⁵ Nos documentos oficiais desta época, as traduções para português do termo inglês ‘learning’, oscilam desde a expressão ‘educação e formação’ (já referido em nota anterior), até à tradução de ‘adult learning’ por ‘educação de adultos’, como no documento em questão, cujo título na versão oficial em inglês é *Action Plan on Adult learning It is always a good time to learn* (COM(2007) 558 final, 27.9.2007).

não formal e informal) está a ganhar valor de mercado dado que a aprendizagem por parte dos adultos pode ser traduzida em investimento com um retorno econômico”.

Teve, assim, lugar o que Vivianne Reding, a Comissária responsável pela educação à época, designou uma *revolução silenciosa* (REDING, 2001) no campo da educação, principalmente operada através dos Processos, de Copenhaga e de Bolonha, e do programa Educação & Formação 2010 (EF 2010) com destaque para o método aberto de coordenação (MAC) que poderosamente contribuiu para a edificação da articulação sistemática de políticas que fundou a política europeia de educação na primeira década do século XXI. O MAC, uma *política branda* (*soft policy*) (HOZIAN, 2009), que atua através de acordos políticos e de *processos cognitivos e normativos*, incluiu a definição de *objetivos comuns* para os sistemas de educação e formação dos Estados-membros, de indicadores e *parâmetros de referência europeus*, bem como a adoção de medidas e metas nacionais por cada Estado-membro, como contributo e resposta àqueles objetivos comuns e parâmetros europeus. Um dos parâmetros de referência europeus integrados no Programa EF 2010 apontava que “[...] até 2010, o nível médio de participação na aprendizagem ao longo da vida na União Europeia deverá corresponder pelo menos a 12,5% da população adulta em idade activa (grupo etário dos 25 aos 64 anos)” (CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2003, p.C 134/4)⁶.

2006-2010: A agenda Europeia para a educação/aprendizagem de adultos - qualidade e participação

É na sequência de avaliações bastante pessimistas quanto ao curso do Programa E&F 2010, (incluindo deste parâmetro de referência), em 2004 e 2006, que a Comissão Europeia propõe um “Plano de Acção para a Educação de Adultos *Nunca é Tarde para Aprender*” (2008-2010), que virá a ser acolhido pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia⁷. O significado deste Plano de Ação reside na formulação de uma política europeia de educação de adultos (2008-2010) em torno de cinco prioridades:

[...] analisar os efeitos na educação de adultos das reformas empreendidas pelos Estados-Membros nos diferentes sectores da educação e formação [Quadros Europeu e Nacional de qualificações, sistemas de transferência de créditos e de garantia da qualidade]; melhorar a qualidade dos serviços prestados no sector da educação de adultos [formação inicial e contínua dos profissionais de educação de adultos, normas de qualidade e acreditação das entidades envolvidas]; aumentar as possibilidades de os adultos obterem uma qualificação mais elevada, acedendo pelo menos a um nível de qualificação mais elevado; acelerar o processo de avaliação das competências profissionais e sociais, e garantir a sua validação e reconhecimento em termos de resultados de aprendizagem; melhorar o controlo do sector da educação

⁶ “Percentagem da população de 25 a 64 anos de idade que participou em acções de formação nas quatro semanas anteriores ao inquérito— Fonte: «Labour Force Survey», do Eurostat.” (CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2003,p.C 134/4) (doravante, Conselho da União Europeia será traduzido pela sigla CUE).

⁷ Segundo a Comissão Europeia; “A maioria dos sistemas de educação e formação concentram-se ainda largamente na educação e formação dos jovens, e têm sido limitados os progressos na mudança dos sistemas para reflectir a necessidade de aprender ao longo da vida. Seria necessário que mais quatro milhões de adultos participassem na aprendizagem ao longo da vida para que se alcançasse a taxa de participação do parâmetro de referência acordado pelos Estados-Membros no âmbito do programa “Educação e Formação para 2010”” (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p.2) (doravante CCE).

de adultos [definir: terminologia comum; indicadores e valores de referência; dados essenciais comparáveis] (CCE, 2007, p. 9-11).

Fica a percepção de que esta Agenda Europeia é votada a dar corpo a um desígnio, para o setor da educação de adultos, similar ao que, na década anterior, havia sido prosseguido através dos Processos de Bolonha e de Copenhaga, entre outros desenvolvimentos: o estabelecimento de instrumentos e processos de regulação da educação superior e profissional compatíveis com o funcionamento de um espaço/mercado europeu de educação — sistemas de garantia da qualidade, sistemas de transferências de créditos, sistema de graus, quadro europeu de qualificações.

A leitura dos documentos programáticos e orientadores permite apreender um conjunto de prioridades e propostas indexadas aos conceitos de *qualidade* e *participação* e associadas a preocupações com o “reforço do papel da educação de adultos no contexto das estratégias nacionais de aprendizagem ao longo da vida” (CUE, 2008, p.C140/12). Se este Plano de Ação representou a tentativa de, por parte dos decisores e do executivo europeus, impulsionar medidas destinadas a ampliar a participação dos adultos a estratégia seguida não terá aparentemente sido suficientemente bem sucedida, já que, em 2011, o mesmo Conselho da União Europeia afirma dramaticamente que

[...] cada vez mais se reconhece que a educação de adultos é hoje o elemento mais fraco no desenvolvimento dos sistemas nacionais de aprendizagem ao longo da vida. Tem vindo a cair a taxa de participação na educação de adultos, tendo baixado de 9,8 % da população entre os 25 e os 64 anos, em 2005, para apenas 9,1 % em 2010, o que torna ainda mais difícil alcançar a meta ambiciosa de 15 % em 2020 prevista no «EF 2020» (CUE, 2011, p.2)⁸.

2011-2015: Educação/aprendizagem de adultos entre centralidade política e ausência de políticas?

No final da primeira década do séc. XXI, os balanços oficiais dos Processos de Bolonha e Copenhaga registavam avanços importantes, quanto à coordenação das decisões políticas das autoridades nacionais na adoção e implementação dos instrumentos técnico-políticos acordados⁹, e mesmo modestos desenvolvimentos no terreno da construção curricular e da ação educativa; já o Programa Educação & Formação 2010 não alcançou até 2010 senão um dos cinco parâmetros de referência de resultados médios europeus (aumentar em 15% a taxa de diplomação de ensino superior em matemática ciências e tecnologia e diminuir o desequilíbrio entre homens e mulheres).

Por outro lado, a Estratégia UE2020, o novo programa de reformas da UE na sequência da Estratégia de Lisboa, adotou uma meta prioritária em educação¹⁰, que reúne dois dos parâmetros de referência de resultados médios europeus do Programa EF2020: a taxa de abandono escolar não superior a 10% e a taxa de 40% de diplomação no ensino superior (30-34 anos). Integrando as metas da Estratégia

⁸ Já em 2004 se constatava que “A taxa de participação [de adultos em aprendizagem ao longo da vida] em 2002 foi avaliada em 8,5% na UE, ou seja, apenas mais 0,1% do que em 2001, e em apenas 5,0% nos países aderentes” (CEU, 2004, p.20).

⁹ Referimo-nos a instrumentos técnico-políticos de regulação de âmbito europeu, atrás mencionados, como o Quadro Europeu de Qualificações (e correspondentes Quadros Nacionais de Qualificações), o sistema de graus (de ensino superior), os Sistemas Europeus de Transferência de Créditos, os Quadros de Garantia da Qualidade, para mencionar os mais importantes.

¹⁰ São cinco as metas definidas na Estratégia UE2020, nos domínios do emprego, investigação e inovação, clima e energia, educação e pobreza (CCE, 2010).

UE2020, a educação vê reforçada a centralidade política que antes obtivera sendo, como é enfatizado em múltiplos documentos, encarada na dupla perspectiva de política económica para a competitividade e de política de emprego e ainda de reparação da coesão social. *A longa sombra da economia e do trabalho*¹¹ sulca ainda mais expressivamente a linguagem que formula a política de educação e as propostas que lhe dão corpo:

Crescimento inteligente - uma economia baseada no conhecimento e na inovação. Um crescimento inteligente significa reforçar o conhecimento e a inovação, enquanto factores determinantes do nosso crescimento futuro. Para tal é necessário melhorar a qualidade do nosso ensino, reforçar o desempenho da nossa investigação, promover a inovação e a transferência de conhecimentos em toda a União, tirar plenamente partido das tecnologias da informação e da comunicação (...) Agir no âmbito desta prioridade permitirá libertar o potencial de inovação da Europa, melhorando o aproveitamento escolar e a qualidade e resultados das instituições de ensino tirando partido das vantagens económicas e sociais da era digital. Estas políticas devem ser prosseguidas a nível regional, nacional e da UE.” (CCE, 2010, p.14-15)¹².

Como se viu, no final do primeiro programa de ação para a educação/aprendizagem de adultos, em 2011, a perspectiva era pessimista quanto à taxa de participação dos adultos em aprendizagem ao longo da vida. É neste cenário, e já no quadro da Estratégia UE2020 e do Programa Educação & Formação 2020, que é aprovada a *Resolução do Conselho sobre uma agenda renovada no domínio da educação de adultos* («Council Resolution on a renewed European agenda for adult learning») (2011/C 372/01), para o período 2012-2014. Este documento de continuidade do Plano de Ação 2008-2010 apela à adoção de “uma Agenda Europeia para a Educação de Adultos”, centrada em: estímulo da procura e motivação à participação; sistemas de informação e orientação; sistemas de segundas oportunidades; percursos de aprendizagem flexíveis; sistemas de garantia da qualidade e sistemas de acreditação; sistemas de formação dos profissionais; sistemas de financiamento; aprendizagem dos mais idosos, intergeracional, das pessoas com deficiência e/ou institucionalizadas; reforço do papel de organizações culturais, cívicas, desportivas e outras da sociedade civil, das tecnologias da informação e comunicação; alargar a base de conhecimentos sobre o setor (estudos internacionais, investigação) e promover a sua monitorização, designadamente no âmbito do Programa EF2020 (cf. CUE, 2011, p.5-6).

No âmbito desta Agenda Europeia e do Programa EF2020, entre 2011-2013 foram constituídos dois grupos de trabalho temáticos¹³ (GTT) sobre ‘qualidade em aprendizagem de adultos’ (formado por

¹¹ Parafraseamos aqui a expressão usada por Bowles; Gintis (1985).

¹² E o texto prossegue: “Crescimento inclusivo - uma economia com elevadas taxas de emprego que assegura a coesão económica, social e territorial. Um crescimento inclusivo tem como corolário capacitar as pessoas através de taxas elevadas de emprego, investir nas qualificações, lutar contra a pobreza e modernizar os mercados de trabalho e os sistemas de formação e de protecção social, para ajudar as pessoas a antecipar e a gerir a mudança, e construir uma sociedade coesa. (...) A Europa tem de actuar nas seguintes áreas: (...) Qualificações: embora cerca de 80 milhões de pessoas tenham apenas qualificações baixas ou básicas, a aprendizagem ao longo da vida beneficia sobretudo as mais qualificadas. Até 2020, serão criados 16 milhões de postos de trabalho que exigem qualificações elevadas, enquanto a procura de trabalhadores pouco qualificados irá diminuir em 12 milhões. Devido ao prolongamento da vida activa, será igualmente necessário adquirir e desenvolver novas competências ao longo da vida;” (CCE, 2010 p.21).

¹³ Os grupos de trabalho temáticos, em número de onze entre 2011-2013, são constituídos por membros designados pelos Estados e são uma das componentes do método aberto de coordenação, designadamente do processo designado de *aprendizagem mútua*, apontando as chamadas *boas práticas* no âmbito das prioridades e metas

19 Estados-membros e 2 Estados não membros da UE) e ‘financiamento de aprendizagem de adultos’ (participado por 13 Estados-membros e 3 Estados não membros da UE). Constituindo um dispositivo de suporte ao desenvolvimento das políticas europeias pelos Estados-membros, no âmbito do método aberto de coordenação, os GTT organizam-se a partir de um mandato e objetivos para produzir um conjunto de realizações e resultados, a partir de um programa de trabalho. No final de 2013, os dois GTT em Educação/Aprendizagem de Adultos apresentaram recomendações à Comissão Europeia e aos Estados-membros com vista à definição de um processo de elaboração, desenvolvimento e adoção de sistemas e instrumentos de garantia da qualidade e sobre financiamento e investimento para o setor de educação/aprendizagem de adultos¹⁴.

Como antes se sugeriu, estará em curso a preparação, para o campo da educação de adultos, de instrumentos e processos de regulação compatíveis com o funcionamento de um espaço/mercado europeu, à imagem do que vem ocorrendo em outros setores. De acordo com alguns autores, analisando os principais documentos programáticos referentes à *qualidade* em educação/aprendizagens de adultos é visível a deslocação de uma conceção inicial, em 2000, que salienta a dimensão da equidade (educação acessível a todos), focada em primeiro lugar no nível do sistema e apreciada na perspetiva do adulto, para um entendimento que destaca a formação contínua dos profissionais e a qualidade da oferta (em 2006/2008) e, posteriormente (em 2011), uma perspetiva em que a qualidade é equacionada com eficiência e relevância dos resultados para as necessidades do mercado de trabalho (cf. BUISKOOL; BROEK, 2014, p.198 e ss.). Por outro lado, mesmo não tendo sido integrado na Estratégia UE2020 o parâmetro de referência relativo à participação (de 15%) dos adultos em aprendizagem ao longo da vida em 2020 e não sendo também objeto de um processo político intergovernamental com a visibilidade daqueles referidos antes, a educação/aprendizagem de adultos é apresentada com uma centralidade inédita nos documentos de política educativa europeia:

No processo de aprendizagem ao longo da vida de cada um, a educação e formação de adultos abrange a fase mais longa.” (EC, 2012: 48). “A aprendizagem contínua após a formação inicial é fundamental para elevar os níveis de produtividade da população em idade ativa e combater os desajustamentos de competências e os estrangulamentos no mercado de trabalho. Este foi o tema de onze CSRs [*Country Specific Recommendations*] em 2014 (BG, EE, ES, FR, IE, LT, LU, PL, RO, SE, SK). No entanto, aqueles que mais necessitam de melhoria de competências quase não participam de todo na aprendizagem contínua. A aprendizagem não formal para aqueles que abandonam precocemente a escola é quase inexistente e a participação dos adultos na aprendizagem ao longo da vida é insignificante entre os trabalhadores pouco qualificados ou desempregados. A falta de aprendizagem ao longo da vida cria uma armadilha de baixas qualificações (*a low skills trap*) para os setenta milhões de adultos sem o ensino secundário que são mais necessitados de melhoria de competências (EC, 2014, p.10).

É visível a constatação de que as recomendações, os objetivos, as estratégias adotadas na UE desde há cerca de uma década para estimular o envolvimento dos adultos em educação/aprendizagem ao longo da vida se têm saldado em fracassos sucessivos, em particular para aqueles segmentos da população mais penalizados por antigas e novas desigualdades associadas a recompensas e

definidas para as políticas europeias de educação (cf. ET 2020 Working Groups, in http://ec.europa.eu/education/policy/strategic-framework/expert-groups_en.htm#adult). Acesso em 26 de dezembro de 2015.

¹⁴Conferir http://ec.europa.eu/education/policy/strategic-framework/archive/index_en.htm. Acesso em 23 de dezembro de 2015.

oportunidades de que mais beneficiam as categorias com elevados níveis de educação (cf. ALVES, 2010A; KILPI-JAKONEN; VONO DE VILHENA, BLOSSFELD, 2015).

Em todo o caso, como se referiu já, esta centralidade acrescida é bem demarcada pela perspectiva de que a educação, a formação, a aprendizagem constituem processos de formação de competências e qualificações para o mercado de trabalho e de capital humano para a economia (para além de um serviço comercializável suscetível de alimentar novas áreas de negócio). Esta nua instrumentalização, em regra vertida nos textos, nas propostas e nas *boas práticas* evocadas, tornou-se o discurso oficial e programático visivelmente desde a Comunicação da Comissão *Repensar a educação - Investir nas competências para melhores resultados socioeconómicos* (CE, 2012). Este documento marca um *ponto de viragem* (NÓVOA, 2013) na política europeia de educação, também porque o projeto de *economizar* a educação (instrumentalizá-la como parte da economia e enquanto bem transacionável) se impôs discursivamente de modo explícito hegemónico (cf. CE, 2012).

Hoje, praticamente todos os documentos e iniciativas que circulam e contribuem para a política europeia de educação são da autoria ou com a coordenação dos serviços da Comissão Europeia e muitos deles são produzidos no âmbito da, e como suporte para a, Estratégia UE2020, que é uma agenda declaradamente económica e votada a sustentar a competitividade da UE na concorrência por mercados mundiais. Em resultado de tal centralização de processos, as conceções, discursos, conceitos e propostas sobre educação, formação e aprendizagem tendem a traduzir esse alinhamento estrito por aquele projeto único, centrando-se nas dimensões percecionadas como economicamente rentáveis, com exclusão de outras referências culturais, políticas, éticas, antropológicas ou sociológicas. Isso mesmo demonstram documentos produzidos para anualmente suportar o Semestre Europeu de coordenação das políticas económicas da UE, como o *Education and Training Monitor* (EC, 2015a) ou a *European semester thematic fiche. Skills for the labour market* (EC, 2015b) onde se pode ler:

A educação e formação profissional inicial é uma fonte fundamental de qualificações e competências («skills and competencies») para as economias da UE e pode facilitar uma transição suave da escola para o trabalho. Os sistemas de EFP inicial devem proporcionar competências transversais, e vocacionais básicas adequadas que atendam às necessidades dos empregadores, mas também equipem os aprendentes («learners») para se envolver em Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), e para gerir transições da educação para o emprego, bem como de um emprego para outro ou do desemprego para o emprego. (EC, 2015b, p.7).

No conjunto dos cinco relatórios de balanço do Programa EF2020, vai sendo notória a ênfase na estagnação, e mesmo recuo, da participação em educação/aprendizagem de adultos desde meados da década passada¹⁵. É também visível a atenção prestada pelas autoridades europeias a tal questão, bem como o aumento muito significativo de informação sobre o setor da educação/aprendizagem de adultos. No *Monitor da Educação e Formação 2015* afirma-se:

A falta de compromissos concretos e mensuráveis pelos Estados-Membros nos seus documentos de política, combinada com uma taxa global de aprendizagem de adultos que estagnou durante a última década, levanta a questão sobre em que

¹⁵ Segundo os dados oficiais, na UE a taxa de participação dos adultos em educação e formação, formal ou não formal, (tal como é definida na nota 4) estaria em 9.8% em 2005 (como antes se referiu), tendo baixado até 8.9% em 2011, para lentamente aumentar para 10.7% em 2014. Disponível em http://ec.europa.eu/education/dashboard/index_en.htm. Acesso em: 23 de dezembro de 2015.

medida as políticas dos Estados-Membros estão a ter um real impacto sobre o acesso e a participação dos adultos na educação e formação (EC, 2015a, p.80).

Neste mesmo documento propõe-se que seja repensada a conceção e desenvolvimento de políticas, “incluindo uma mais cuidadosa seleção de alavancas políticas, metas explícitas e enquadramentos mais rigorosos para a avaliação de políticas”, sugerindo algumas dessas designadas *fortes alavancas políticas*: co-financiamento de apoio à provisão de educação/aprendizagem de adultos pelos empregadores, financiamento de programas de educação/aprendizagem de adultos para os mais desfavorecidos e “o alinhamento da provisão de formação com as futuras necessidades identificadas dos empregadores em termos de competências (skills)” (EC, 2015a, p.82).

Última nota

Podemos, agora, ensaiar um quadro que visibilize articulações entre o percurso de constituição de uma Agenda Europeia para a Educação/aprendizagem de Adultos e as políticas europeias de educação em décadas recentes.

Educação/Aprendizagem de Adultos (iniciativas no âmbito da UE)	(Edificação de uma) Política Europeia de Educação
1995-99: Programa Socrates I (ação Grundtvig)	1996: Ano Europeu de Educação e Formação ao Longo da Vida
2000-06: Programa Socrates II (subprograma Grundtvig)	1999/2000/2001: Estratégia de Lisboa; lançamento dos Processos de Bolonha e de Copenhaga
2006: Comunicação da Comissão sobre um Plano de Ação para a Educação/Aprendizagem de Adultos	2002/2003: Programa Educação & Formação 2010 (EF2010) (participação dos adultos em ALV)
2007: Plano de Ação para a Educação/Aprendizagem de Adultos (2008-2010) (uma política europeia de educação/aprendizagem de adultos)	2004; 2006: relatórios intercalares EF2010
2011: Agenda Europeia para a Educação/Aprendizagem de Adultos (2012-2014)	2009: Programa Educação & Formação 2020 (EF2020)
2011-2013: Grupos de Trabalho Temáticos EF2020 sobre Educação/Aprendizagem de Adultos (Qualidade; Financiamento)	2010: Estratégia UE2020 (integra uma meta em educação)
	2011: Semestre Europeu (de coordenação de políticas económicas)
	2012: Comunicação da Comissão Europeia <i>Repensar a educação - Investir nas competências para melhores resultados socioeconómicos</i>
2014-2015: Grupo de Trabalho EF2020 sobre Educação/Aprendizagem de Adultos	

Como se assinalou, nos últimos vinte anos assistimos ao ‘regresso’ da educação/aprendizagem ao longo da vida num novo contexto sociopolítico, com outros protagonistas (como a UE) e num novo registo. Neste quadro, a educação/aprendizagem de adultos foi adquirindo certa visibilidade, a par de uma centralidade acrescida da educação e da formação nas políticas europeias e em paralelo com um mandato e alcance associados à sua referenciação predominante à esfera económica.

Entre 2010 e 2012, a política europeia de educação conheceu desenvolvimentos como a integração na Estratégia UE2020 de uma meta prioritária em educação, acompanhada pela recentralização da elaboração da decisão política na Comissão Europeia e no Conselho Europeu: a monitorização do desenvolvimento das políticas, no âmbito do Programa Educação & Formação 2020, foi associada ao Semestre Europeu de coordenação das políticas económicas e o método aberto de coordenação integrou Grupos de Trabalho Temáticos, formados por Estados-membros e funcionando no âmbito da Comissão Europeia. A Comunicação da Comissão Europeia *Repensar a educação - Investir nas competências para melhores resultados socioeconómicos* (CE, 2012) foi perspectivada como assinalando este momento de viragem, no sentido de que consagra uma conceção programática unidimensional da educação, estritamente entendida em termos da sua funcionalidade económica. Nesses termos, a educação é aí encarada, por um lado, como infraestrutura e instrumento para a economia, a gestão do desemprego e a reparação da coesão social e, por outro lado, como um bem cuja provisão e financiamento ocorrem indiferenciadamente nos domínios público, privado ou através de parcerias e segundo relações de troca mercantil.

Nesse sentido, ao longo dos últimos quinze anos a adoção da estratégia de *aprendizagem ao longo da vida* pelos decisores europeus decorreu num quadro em que duas tendências se intensificaram até constituir o que hoje se afigura um projeto hegemónico na UE¹⁶: o reforço da centralidade político-económica da educação, formação e aprendizagem em paralelo com a constituição do Espaço Europeu da Educação, dotado com processos e instrumentos de regulação promotores de um mercado. Neste contexto, a Agenda Europeia para a Educação de Adultos elegeram linhas de ação para os Estados-membros e as instâncias europeias direcionadas para responder ao lugar central que a população adulta assume na nossa contemporaneidade de diminuição inédita do peso do contingente jovem na sociedade europeia a par de uma intensificação sem precedentes do ritmo da mudança social em todos os quadrantes da vida. Entre aquelas orientações avulta, por um lado, a insistência na necessidade de aumentar a taxa de participação dos adultos em educação ao longo da vida, procurando resultados na elevação do nível de certificação alcançado e, por outro lado, a elaboração e adoção de instrumentos e processos comuns europeus relativos à garantia de qualidade, acreditação e mesmo aprendizagem mútua no que toca a opções de financiamento.

De acordo com o balanço intercalar de 2015 do Programa Educação & Formação 2020, é improvável que a prossecução das escolhas políticas até agora trilhadas conduza a breve trecho à ampliação significativa da participação da população adulta em educação/aprendizagem ao longo da vida, tanto mais quanto se verifica a regressão do perímetro, do alcance e da permanência das estruturas públicas de suporte às políticas, bem como do apoio, público e estatal, financeiro e de recursos humanos e materiais. A manter-se o rumo seguido, parece mais plausível a probabilidade de ocorrerem avanços no estabelecimento de processos, estruturas e instrumentos de regulação da educação/aprendizagem de adultos nos termos de um mercado.

Retomando a questão colocada por Canário (2013, p.567): “O que nos promete o futuro?”, a revisão da *Recomendação da UNESCO sobre o desenvolvimento da Educação de Adultos* e o balanço intercalar da VI CONFITEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos) em 2016 poderão

¹⁶Argumentar que este se afigura um projeto hegemónico na UE não significa que as opções políticas nacionais, as práticas profissionais, a ação educativa no terreno e os projetos e sentidos vividos pelos sujeitos em educação espelhem e realizem simetricamente esse projeto (cf. ALVES, 2010b). Significa, isso sim, reconhecer que esses desenvolvimentos, processos e práticas ocorrem num enquadramento que inclui esse projeto hegemónico europeu; mas também implica compreender que tais políticas, práticas e sentidos ocorrem em contextos de ação em que tem lugar interpretação, negociação de interesses e significados (cf. LOUREIRO, 2010), confrontos, alianças e luta política, cujos resultados são condicionados também, mas não determinados, por aquele projeto hegemónico europeu.

revelar-se uma oportunidade para aprofundar o debate em torno da definição de “novos referenciais” e procurar relançar o potencial da educação de adultos numa perspetiva de desenvolvimento humano.

Referências

ALVES, M. G. Aprendizagem ao longo da vida: entre a novidade e a reprodução de velhas desigualdades. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 23, nº 1, p.7-28, 2010a.

ALVES, M. G. (ed.). *Aprendizagem ao longo da vida e políticas educativas europeias: tensões e ambiguidades nos discursos e nas práticas de estados, instituições e indivíduos*. Caparica: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa/UIED, 2010b

ANDERSEN, S.S.; ELIASSEN, K.A. (orgs). *Making Policy in Europe: the Europeification of National Policy-making*. Londres: Sage, 1993.

ANTUNES, F. Globalização e europeização das políticas educativas. Percursos, processos e metamorfoses. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 47, pp. 125-143, 2005.

BARROS, R. *Genealogia dos conceitos em educação de adultos: da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida. um estudo sobre os fundamentos político-pedagógicos da prática educacional*. Lisboa: Chiado editora, 2011.

BOWLES, S.; GINTIS, H. (1985). *La instrucción escolar en la américa capitalista*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1985.

BUISSKOOL, B-J. & BROEK, S. Quality in adult learning: EU policies and shifting paradigms?. In: Zarifis, G.K.; Gravani, M.N. (eds), *Challenging the ‘european area of lifelong learning’. a critical response* (p. 189-202). Londres: Springer, 2014.

CANÁRIO, R. Novos (des)caminhos da Educação de Adultos? *Perspectiva*, 31/2, p. 555-570, 2013.

CARMO, R. M. A política de igualdade como reforma estrutural. Disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.com/2015/12/30/a-politica-de-igualdade-como-reforma-estrutural-por-renato-miguel-do-carmo/>, 2015. Acesso em 30 dezembro 2015.

CLARKE, J.; NEWMAN, J. *The Managerial State*. London: Sage, 1997.

CNE/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2012. Autonomia e Descentralização. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 2013.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Comunicação da Comissão “Educação de adultos: nunca é tarde para aprender” (COM/2006/0614 final). Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52006DC0614>. Acesso em 22 dezembro 2015.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – “Plano de Acção para a Educação de Adultos. Nunca é Tarde para Aprender” (COM/2007/0558 final), 2007.. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52007DC0558>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

COMISSÃO EUROPEIA. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões *Repensar a educação - Investir nas competências*

para melhores resultados socioeconômicos (COM(2012) 669 final). Disponível em: http://ec.europa.eu/education/news/rethinking_en.htm. Acesso em 28 março 2013.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. Report from the Commission - Final Report from the Commission on the implementation of the Socrates programme 1995 - 1999 (COM/2001/0075 final). Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex:52001DC0075>. Acesso em 23 de dezembro de 2015.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Conclusões do Conselho de 5 de Maio de 2003 sobre os níveis de referência dos resultados médios na educação e formação (benchmarks) (2003/C 134/02). Jornal Oficial da União Europeia de 7/03/2003.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. "Educação e formação para 2010" A urgência das reformas necessárias para o sucesso da Estratégia de Lisboa, doc 6905/04 Educ 43, março, 2004.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Conclusões do Conselho de 22 de Maio de 2008 relativas à educação de adultos (2008/C 140/09). Jornal Oficial da União Europeia de 6/06/2008.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Resolução do Conselho sobre uma agenda renovada no domínio da educação de adultos (2011/C 372/01). Jornal Oficial da União Europeia. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32011G1220%2801%29>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

DALE, R.; ROBERTSON, S. (eds). *Globalisation and Europeanisation in Education*. Oxford: Symposium Books, 2009.

DALE, R. Studying Globalisation and Europeanisation in Education: Lisbon, the Open Method of Coordination and beyond. In: Dale R and Robertson S (eds) *Globalisation and Europeanisation in Education* (p.121-140). Oxford: Symposium Books, 2009.

EUROPEAN COMMISSION. Communication from the Commission. Europe 2020. A strategy for smart, sustainable and inclusive growth (COM(2010) 2020 final), 2010. Disponível em: http://ec.europa.eu/europe2020/documents/related-document-type/index_en.htm. Acesso em 11 de fevereiro de 2013.

EUROPEAN COMMISSION. *Education and Training Monitor 2012*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2012.

EUROPEAN COMMISSION. *Education and Training Monitor 2014*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2014

EUROPEAN COMMISSION. *Education and Training Monitor 2015*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015a.

EUROPEAN COMMISSION. *European semester thematic fiche. Skills for the labour market*, 2015b. Disponível em: http://ec.europa.eu/europe2020/making-it-happen/key-areas/index_en.htm. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

EUROPEAN COUNCIL. *Lisbon European Council 23 and 24 march 2000. Presidency conclusions*, 2000. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/summits/lis1_en.htm. Acesso em 23 de dezembro de 2015.

FIELD, J. Lifelong education. *International Journal of Lifelong Education*, vol. 20/1-2, p.3-15, 2001.

GEWIRTZ, S. Give us a break! A sceptical review of contemporary discourses of lifelong learning. *European Educational Research Journal*, vol. 7, nº 4, p. 414-424, 2008.

HOZIAN, D. Key competences for the development of lifelong learning in the European Union. *European Journal of Vocational Training*, 46(1): 196-207, 2009.

KILPI-JAKONEN, E.; VONO de VILHENA, D.; BLOSSFELD, H-P. Adult learning and social inequalities: Processes of equalisation or cumulative disadvantage? *International Review of Education*, 61: 529–546, 2015

LAWN, M.; LINGARD, B. Constructing a European policy space in educational governance: the role of transnational actors. *European Educational Research Journal* 2(2), p.290-307, 2002.

LIMA, L.; GUIMARÃES, P. Portugal: Policy and Adult Education. In Trevor Corner (ed.), *Education in the European Union. Pre-2003 Member States* (p. 245-263). Londres: Bloomsbury Academic, 2015.

LIMA, L. C. Políticas de educação permanente: qualificacionismo adaptativo ou educação de adultos? *Sensos 7*, vol. IV/1, p.105-121, 2014.

LOUREIRO, A. de P. F. A dinâmica do saber em local de trabalho: o caso de uma equipa técnica de educação e formação de adultos. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 23/2: 93-118, 2010.

MELO, A.; QUEIRÓS, A. M.; SILVA, A. S.; SALGADO, L.; ROTHES, L.; RIBEIRO, M. *Documento de Estratégia para o Desenvolvimento da Educação de Adultos. Uma Aposta Educativa na Participação de Todos*. Lisboa: Ministério da Educação, 1998.

NÓVOA, A. The blindness of Europe: new fabrications in the European educational space. *Sisyphus-Journal of Education* 1(1): 104-123, 2013.

RADAELLI, C. Whither Europeanization? Concept stretching and substantive change. *European Integration online Papers (EIoP)* 4 (8), 2000. Disponível em: <http://eiop.or.at/eiop/texte/2000-008a.htm>. Acesso 18 setembro 2014.

REDING, V. The role of the European Community in creating the knowledge and information society (SPEECH/01/108), 2001. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/01/108&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en>. Acesso em 20 setembro 2012.

* Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade do Minho no Centro de Investigação em Educação (CIEd)/Departamento de Ciências Sociais de Educação/Universidade do Minho. E-mail: fantunes@ie.uminho.pt

Recebido em 30/12/2015
Aprovado em 30/01/2016